

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL PELA INTERNET****TOMADA DE PREÇOS PGE-RJ Nº 03/2017 – “TÉCNICA E PREÇO”**

(EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E COOPERATIVAS ENQUADRADAS NO ART. 34, DA LEI Nº 11.488, DE 2007.)

PESSOA JURÍDICA:
NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ DA PESSOA JURÍDICA:
TELEFONE(S):
FAX: E-MAIL:
PESSOA DE CONTATO:
CELULAR DA PESSOA DE CONTATO:
CONTATO - NOME:
TELEFONE/FAX:

Senhor (a) Licitante,

Objetivando comunicação futura entre a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e essa empresa, solicitamos a Vossa Senhoria o preenchimento e remessa do recibo de entrega do Edital supra, à Comissão Permanente de Licitação – CPL, por meio do fax (021) 2332-7320 ou e-mails: licitacao@pge.rj.gov.br ou pgeglic@gmail.com.

O não encaminhamento do recibo exime a Comissão de Permanente de Licitação da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, devendo, caso não envie o presente recibo, para ter ciência dos esclarecimentos, impugnações, recursos administrativos e demais avisos, acessar o endereço da página eletrônica da PGE (www.pge.rj.gov.br).

Nome legível e Carimbo do CNPJ da empresa

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****EDITAL****TOMADA DE PREÇOS PGE-RJ Nº. 03/2017 – “TÉCNICA E PREÇO”**

(EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E COOPERATIVAS ENQUADRADAS NO ART. 34, DA LEI Nº 11.488, DE 2007.)

1 - INTRODUÇÃO

1.1 – O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da Procuradoria Geral do Estado/FUNPERJ, pela Comissão Permanente de Licitação, torna público que, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Estado na forma do disposto no processo administrativo nº. **E-14/001.026615/2014**, fará realizar no **dia 06 de julho de 2017, às 11 horas**, na Rua do Carmo, 27, Auditório, 14º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, do tipo **"TÉCNICA E PREÇO"**, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Estadual n.º 287, de 4 de dezembro de 1979, pelo Decreto nº 3.149, de 28 de abril de 1980, pelo Decreto nº 42.063, de 6 de outubro de 2009, alterado pelo Decreto Estadual nº. 45.790, de 18 de outubro de 2016, e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

1.2 Poderão participar desta licitação, exclusivamente, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - ME e EPP, assim como o empresário individual e as cooperativas enquadradas no art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em conformidade com o que estabelece a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no caput do artigo 6º, do Decreto Estadual nº 42.063/2009, alterado pelo Decreto Estadual nº. 45.790, de 18 de outubro de 2016.

1.3 As retificações do instrumento convocatório, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e divulgadas por meio eletrônico na internet, nos sítios **www.pge.rj.gov.br** e **www.compras.rj.gov.br**, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via telefax ou e-mail, telegrama, entrega pessoal reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando,

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4 O instrumento convocatório e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço no portal eletrônico da Procuradoria Geral do Estado, na página www.pge.rj.gov.br, opção: "Licitações" e no portal eletrônico do Governo do Estado do Rio de Janeiro: www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta por 02 (dois) CDs-RW (regraváveis), 700MB/80 min, acondicionados em embalagens plásticas rígidas, na Assessoria de Licitações e Contratos, na Rua do Carmo, 27, 11º. andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

1.5 Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da Tomada de Preços, no seguinte endereço: Rua do Carmo, 27, 11º. andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, de 10 horas até 16 horas, por meio do fac-símile nº. (21) 2332-7320, ou, ainda, pelos e-mails: licitacao@pge.rj.gov.br ou pgeglic@gmail.com.

1.5.1 Caberá ao Presidente da Comissão de Licitação, auxiliado pela Assessoria de Licitações e Contratos, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.3.

1.6 Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Rua do Carmo, 27, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, de 10 até às 16 horas, ou, ainda, através de fac-símile nº. (21) 2332-7320 ou e-mails licitacao@pge.rj.gov.br ou pgeglic@gmail.com.

1.6.1 Caberá ao Procurador-Geral do Estado, auxiliado pelo Presidente da Comissão de Licitação, decidir sobre as impugnações antes da realização da sessão, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados por qualquer das formas previstas no item 1.3 deste edital.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

2- DO OBJETO

2.1 O objeto da presente Tomada de Preços é a prestação de serviço técnico profissional especializado de engenharia para a **ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE AR CONDICIONADO E VENTILAÇÃO MECÂNICA, E ASSESSORIA E CONSULTORIA DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA**, para a edificação da **CRLS - Câmara de Resolução de Litígios de Saúde**, localizada na Rua da Assembleia, 77 - Centro - RJ, conforme Termo de Referência (**Anexo 4**).

2.2 A futura contratada, quando da elaboração dos projetos deverá fazê-los com a utilização de especificações usuais no mercado para os materiais e/ou equipamentos.

2.2.1 Entende-se por especificações usuais de mercado, àquelas cujos materiais e/ou equipamentos são facilmente encontrados no mercado e não se revestem de características singulares ou de ausência de alternativas para a Administração numa futura aquisição ou contratação de prestação de serviços de manutenção.

2.3 O objeto será executado de forma indireta sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

3- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 Os recursos necessários à realização do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho	Natureza de Despesa	Fonte
0961.03.091.0026.1046	4490.51.01	232

3.2 O valor máximo dos serviços (limite estabelecido) levantado pela administração como Critério de Aceitabilidade de Preços é de **R\$ 53.666,67** (cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

3.2.1 Para efeito do disposto no subitem 3.2, as ofertas dos licitantes não poderão ultrapassar o limite dos preços, conforme apurados pela PGE-RJ e consignados no **Anexo 11 – Orçamento Estimado**, sob pena de desclassificação da proposta de preços.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

3.2.2 Os percentuais de cada etapa indicados no **Anexo 11 – Orçamento Estimado**, deverão ser respeitados, sob pena de desclassificação da proposta de preços.

4 - TIPO DE LICITAÇÃO

4.1 A presente licitação rege-se pelo tipo **TÉCNICA E PREÇO**, em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

5.1.1 Poderão participar desta licitação, exclusivamente, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - ME e EPP, assim como o empresário individual e as cooperativas enquadradas no art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em conformidade com o que estabelece a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no *caput* do artigo 6º, do Decreto Estadual nº 42.063/2009, alterado pelo Decreto Estadual nº. 45.790, de 18 de outubro de 2016.

5.2 Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe com mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

5.2.1 Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

5.3 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

5.4 A participação nesta Tomada de Preços se fará isoladamente, sendo vedada a participação de consórcio de empresas.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

5.5 Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO**6.1. DOS CADASTRADOS**

6.1.1 Poderão participar da licitação as pessoas físicas ou jurídicas com atividades específicas no ramo pertinente ao objeto desta tomada de preços, inscritas no Cadastro de Fornecedores do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, mediante a entrega da cópia autenticada do Certificado de Registro Cadastral – CRC.

6.1.2 O Certificado de Registro Cadastral do Estado - CRC, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos – SUBLO, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 6.7.1.

6.1.3 Os licitantes cadastrados deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no subitem 6.6.1 e, ainda, os demais relativos à qualificação econômico-financeira, que não os mencionados no item 6.5.1.

6.2 DOS NÃO CADASTRADOS

6.2.1 Será permitida a participação de licitantes não cadastrados, desde que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observado o disposto no § 9º, do art. 22, da Lei n.º 8.666/93.

6.2.2 A documentação a que se refere à cláusula 6.2.1 deverá ser apresentada perante a Comissão de Licitação na data constante da cláusula 1.1, ou seja, no dia 06/07/2017 às 11 horas.

6.2.3 A habilitação do licitante não cadastrado não implicará em seu cadastramento no Cadastro de Fornecedores do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, o qual subordina-se a análise por parte do órgão central em processo específico e segundo as normas vigentes.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

6.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.3.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a)** Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b)** Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f)** A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g)** Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

6.4 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.4.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a)** prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b)** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.2.1) caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

6.4.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal ainda que esta acuse a existência de débitos, caso em que deverá ser aplicado o disposto da cláusula 8.17.

6.5 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.5.1 Todos os licitantes deverão apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

6.5.1.1 As certidões comprobatórias do atendimento do subitem 6.5.1, quando emitidas no Município do Rio de Janeiro, serão as dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição.

6.5.2 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

6.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.6.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão se apresentados os seguintes documentos:

a) Registro ou inscrição de pessoa jurídica no CREA, habilitando o licitante para execução do objeto da licitação, emitida pelo CREA da jurisdição da sede da licitante, válida na data da apresentação da proposta.

a.1) Caso o licitante seja de outro Estado da Federação, será necessário o visto do CREA-RJ quando da assinatura do contrato.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

b) Quanto à capacitação técnico-operacional:

b.1) apresentação de um ou mais atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome do licitante, firmado(s) por órgão(ões) do poder público ou por pessoa jurídica de direito privado, comprovando haver o licitante executado serviços de ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE AR CONDICIONADO E VENTILAÇÃO MECÂNICA, conforme disposto na alínea "a" do Item 2.1 do **Anexo 12 - Critérios de Classificação e Julgamento**.

c) Quanto à capacitação técnico-profissional:

c.1) apresentação de um ou mais Atestado(s) de Responsabilidade Técnica (ART) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA, e acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, em nome de seu RESPONSÁVEL TÉCNICO (Engenheiro Mecânico), legalmente habilitado, onde fique comprovada a experiência na execução de serviços técnicos de ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE AR CONDICIONADO E VENTILAÇÃO MECÂNICA, similares ao da presente licitação, na forma disposta na alínea "a.1", do Item 2.2 do **Anexo 12 - Critérios de Classificação e Julgamento**.

d) apresentar Declaração de Responsabilidade Técnica, nos termos do **Anexo 7**, na qual deverá constar a qualificação do(s) Responsável(is) Técnico(s), de nível superior (Engenheiro Mecânico), que será assinada pelo(s) responsável(is) pela execução dos serviços, e pelo representante legal da licitante, sendo que esta última assinatura deverá ser com **FIRMA RECONHECIDA**.

d.1) A contratada deverá garantir que o(s) profissional(is) técnico(s) responsável(eis) indicado(s), na Declaração de Responsabilidade Técnica (**Anexo 7**), realize(m) pessoal e diretamente os serviços objeto do Contrato, nos termos do § 3º, do art. 13, da Lei nº 8.666/93, observado, em caso de substituição do(s) profissional(is) técnicos, o que dispõe o subitem 7.6.3.1.1 deste edital.

e) A comprovação de que o(s) detentor(es) do(s) referido(s) Atestado(os) de Responsabilidade Técnica é(são) vinculado(s) à licitante deverá ser feita por meio de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) Certidão(ões) de Registro do CREA, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado ou por meio de outros instrumentos que

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

comproven a existência de um liame jurídico entre a licitante e o(s) profissional(ais) qualificado(s), ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional, cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado.

e.1) Em se tratando de sócio da empresa, o Contrato Social da licitante comprovará o vínculo.

f) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

g) Da Vistoria

g.1) Apresentar Declaração de Realização de Vistoria (**Anexo 8**) das instalações da edificação da CRLS – Câmara de Resolução de Litígio de Saúde, localizada na Rua da Assembleia, 77, Centro, Rio de Janeiro, RJ. A vistoria necessitará ser agendada previamente junto à Assessoria de Serviços – ASERV, da PGE, pelo telefone nº. (21) 2332-7272, para sua realização, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, a qual deverá ser realizada **entre os dias 12/06/2017 e 03/07/2017**, devendo comparecer um preposto credenciado pela empresa licitante.

g.2) A licitante, quando da visita para a realização da vistoria, deverá estar munida de 2 (duas) vias da Declaração de Realização de Vistoria, elaborada de acordo com o Anexo 8, devendo o representante legal da licitante assiná-la, **RECONHECENDO FIRMA**, e solicitar a assinatura do servidor da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro responsável pelo acompanhamento da vistoria na via que lhe será devolvida.

g.3) A vistoria prevista é exigida para que os licitantes conheçam a situação atual das instalações e a extensão dos serviços a serem executados, bem como para tomar ciência de todos os detalhes necessários à perfeita elaboração dos projetos.

g.4) O Termo de Vistoria, conforme modelo constante no Anexo 8, será exigido como documento de habilitação técnica desse processo licitatório, devendo constar do **ENVELOPE "A" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

g.5) Na ausência do Termo de Vistoria, o interessado deverá apresentar declaração formal, assinada pelo seu representante legal, **COM FIRMA RECONHECIDA**, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras, devendo constar do **ENVELOPE "A" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**.

g.5.1) É de inteira responsabilidade do interessado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação do local da execução dos serviços.

6.7 DA DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

6.7.1 Todos os licitantes deverão apresentar declaração, na forma do **Anexo 5**, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

6.8 – DO PRAZO DE VALIDADE DAS CERTIDÕES

6.8.1 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

6.9 – DAS COOPERATIVAS

6.9.1 - Será admitida a participação de cooperativas que atendam às exigências da cláusula 6.2.1 deste ato convocatório, no que couber, e apresentem, no envelope de habilitação os seguintes documentos:

- I** – ata de fundação;
- II** – estatuto (com ata da assembleia de aprovação);
- III** – regimento interno (com ata da aprovação);
- IV** – regimento dos fundos (com ata de aprovação);
- V** – edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;
- VI** – registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

VII – ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;

VIII – relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

6.9.2 Não será admitida participação de cooperativas fornecedoras de mão-de-obra, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados.

7 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

7.1 No local, data e hora fixados no item 1.1, apresentarão os licitantes suas propostas em **3 (três) envelopes**, opacos, indevassáveis e lacrados, designados, respectivamente **"A", "B" e "C"**, constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

I - ENVELOPE "A" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
TOMADA DE PREÇOS PGE-RJ Nº. 03/2017
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

II - ENVELOPE "B" - DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
TOMADA DE PREÇOS PGE-RJ Nº. 03/2017
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

III - ENVELOPE "C" - PROPOSTA DE PREÇOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
TOMADA DE PREÇOS PGE-RJ Nº. 03/2017
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

7.1.1 Os envelopes poderão ser encaminhados à PGE-RJ, por via postal, com comprovação mediante Aviso de Recebimento – AR, ou serem entregues diretamente no endereço da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – Assessoria de Licitações e Contratos, situada à Rua do Carmo, 27, 11º. Andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ (Comissão

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

Permanente de Licitação/CPL), caso a licitante opte por não designar um representante legal para participar da sessão pública, desde que entregues antes da abertura da sessão pública.

7.1.2 Na hipótese de remessa por via postal, os três envelopes, lacrados, deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão Permanente de Licitação/CPL (Rua do Carmo, 27, 11º. Andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ), com as identificações indicadas no item 7.1, em cada envelope.

7.1.2.1 Ainda, no tocante aos envelopes apresentados junto à PGE-RJ, via postal, serão considerados, para efeito de participação da sessão pública e, conseqüentemente, de análise dos documentos, tão somente aqueles cuja entrega tenha ocorrido até a abertura da sessão pública.

7.2 Os documentos dos envelopes "**A**" - **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, "**B**" - **DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA** e "**C**" - **PROPOSTA DE PREÇOS**, serão apresentados na forma estabelecida nos itens abaixo.

7.3 Os documentos exigidos no **ENVELOPE "A" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93, e rubricados pelo representante legal do licitante.

7.4 Pode a Comissão de Licitação pedir a exibição do original dos documentos.

7.5 O **ENVELOPE "A"** conterà os documentos especificados na cláusula 6.

7.6 Os documentos do **ENVELOPE "B" - PROPOSTA TÉCNICA** deverá apresentar a proposta técnica da licitante, composta dos documentos relacionados a seguir:

7.6.1 Atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço, em nome da licitante, que comprove sua capacidade técnica e operacional na execução de serviços de engenharia especializados em projetos de ar condicionado e exaustão mecânica, em edificação comercial, conforme subitem 6.6.1,

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

"c.1". Estes atestados serão válidos para obtenção de pontos no julgamento da proposta quanto à Experiência da Empresa, conforme discriminado no subitem 2.1, "A", "a", do **Anexo 12**.

7.6.2 Atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço, devidamente registrados no CREA e acompanhados da correspondente Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, em nome do Responsável Técnico. Estes atestados serão válidos para obtenção dos pontos no julgamento da proposta quanto à Experiência de Serviços, conforme discriminados no subitem 2.2, "a.1", do **Anexo 12**.

7.6.2.1 No caso de substituição do Responsável Técnico, deverá a **CONTRATADA** comunicar ao **CONTRATANTE** e comprovar, por meio dos documentos específicos no item 2.2, alínea "a.1", do **Anexo 12**, que o substituto possui a mesma qualificação técnica do profissional substituído, na forma como pontuada pelo item 2.2 do **Anexo 12** da minuta do edital.

7.6.2.2 Comprovante de que o Responsável Técnico de que trata o subitem 7.6.2 integra o quadro permanente da licitante.

7.6.2.2.1 Será considerado integrante do quadro permanente da licitante o profissional que for sócio, empregado de caráter permanente ou responsável técnico da empresa perante o CREA. A comprovação de que integra o quadro permanente da licitante será feita: caso sócio, através do contrato social e sua última alteração; caso empregado permanente da empresa, através do Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado ou de qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação da regência da matéria; e, caso responsável técnico, pela Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA.

7.6.3 A proposta técnica será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7 Os documentos do **ENVELOPE "C" - PROPOSTA DE PREÇOS** serão apresentados em 2 (duas) vias, exclusivamente no impresso padronizado fornecido pela administração (**Anexo 3**), cuja minuta encontra-se disponibilizada nas páginas eletrônicas **www.pge.rj.gov.br** e **www.compras.rj.gov.br**, ou modelo idêntico a

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

ser apresentado pelo licitante, as quais deverão ser preenchidas por processo mecânico ou digitado e devidamente rubricadas pelo representante legal. Os preços serão apresentados em algarismos e por extenso e cotados em moeda nacional, prevalecendo, em caso de discrepância, a indicação por extenso.

7.7-A) O ENVELOPE "C" - PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: a Proposta de Preços (**Anexo 3**) e a Planilha de Formação de Preços (**Anexo 13**), devidamente preenchidas, sob pena de desclassificação.

7.7-B) O licitante deverá apresentar, como anexo da proposta comercial, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, nos termos do Modelo de Declaração constante do **Anexo 6**.

7.8 Não serão admitidas, sob qualquer pretexto, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes à Comissão de Licitação.

7.9 As empresas participantes poderão ser representadas no ato licitatório por seu representante legal, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo acompanhado da carteira de identidade, ou por procurador munido do instrumento procuratório, outorgado pelo representante legal da empresa, **COM FIRMA RECONHECIDA**. Estes documentos deverão ser entregues fora de qualquer envelope ao Presidente da Comissão de Licitação, junto com os **envelopes "A", "B" e "C"**. Os licitantes que não se fizerem presentes pela forma estabelecida nesta cláusula, ficarão impedidos de se manifestar durante os trabalhos.

7.9.1 Do instrumento procuratório mencionado na cláusula 7.9 acima deve constar a outorga de poderes para a prática de todos os atos inerentes à licitação, inclusive para desistência de recursos.

7.9.2 A carta de credenciamento (**Anexo 2**), a ser apresentada juntamente com a carteira de identidade do credenciado e documento que comprove os poderes do outorgante, substitui, para todos os fins, a procuração a que se refere a cláusula, inclusive no que concerne aos poderes para a prática de todos os atos da licitação e renúncia ao direito de recorrer.

7.9.3 Os licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada à Comissão de Licitação a faculdade de

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas.

7.9.4 É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.

7.10 A cotação de preços será feita em moeda nacional e deverá corresponder aos preços praticados pela empresa para pagamento à vista na data de realização da licitação, englobando todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

8 - PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 O julgamento da licitação será realizado em três fases, conforme abaixo, e obedecerá ao critério de "técnica e preço" para o objeto deste Edital:

a) Fase de Habilitação: compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no **Envelope A - "Documentação de Habilitação"** de cada licitante, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital.

b) Fase de Classificação Técnica: compreenderá a verificação e análise de todos os elementos contidos no **Envelope B - "Proposta Técnica"** das licitantes habilitadas na fase anterior, atribuindo-se uma Nota Técnica para cada proposta;

c) Fase de Classificação de Preços e Julgamento Final: compreenderá a verificação e análise de todos os elementos contidos no **Envelope C - "Proposta de Preço"** das licitantes classificadas na fase anterior, a elaboração da relação de classificação final das licitantes e o julgamento final das propostas.

8.2 No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, deverão comparecer os licitantes, com os **envelopes "A", "B" e "C"**, na forma definida no item 7. Os licitantes se farão presentes por seus representantes legais, procuradores ou prepostos que, para tanto,

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

deverão estar munidos da carta de credenciamento, firmada pelo representante legal da empresa, **COM FIRMA RECONHECIDA**, com poderes para praticar todos os atos da licitação, inclusive prestar esclarecimentos, receber notificações e se manifestar quanto à desistência de interposição de recurso.

8.2.1 Além dos documentos mencionados no item 8.2, os licitantes deverão apresentar fora de qualquer envelope ao Presidente da Comissão de Licitação declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem, na forma do **Anexo 9** – Declaração de inexistência de penalidade;

8.2.2 Uma vez recebidos os documentos, a Comissão de Licitação consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

8.2.3 Caso o Licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 8.2.2, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo à Comissão Permanente de Licitação declarar tal condição.

8.3 Nesta mesma sessão, que poderá ser realizada em mais de um dia, desde que tal se faça necessário para o completo exame dos documentos apresentados, serão recebidos os **envelopes "A", "B" e "C"** de todos os licitantes presentes. Em seguida, serão abertos os **envelopes "A"** de todos os licitantes, podendo a documentação deles constante ser examinada por todos os representantes devidamente credenciados, que a rubricarão, juntamente com os membros da Comissão Permanente de Licitação. Após a abertura dos **envelopes "A"**, a sessão poderá ser suspensa para julgamento da habilitação.

8.4 No caso da sessão ser suspensa para julgamento de habilitação, os **envelopes "B" e "C"** serão mantidos fechados, sob a guarda da Comissão de Licitação, que os rubricará, juntamente com os licitantes presentes devidamente credenciados.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

8.5 Da sessão de recebimento dos envelopes e da abertura dos **envelopes "A"** será lavrada ata circunstanciada, rubricada pelos representantes credenciados. Serão considerados habilitados os licitantes que atenderem integralmente às condições previstas no item 6 deste edital.

8.6 Comunicado o resultado aos licitantes, poder-se-á passar imediatamente à abertura dos envelopes **"B" – PROPOSTA TÉCNICA** e **"C" – PROPOSTA DE PREÇOS**, desde que todos os licitantes renunciem expressamente ao direito de recorrer da decisão relativa à habilitação. Neste caso serão devolvidos aos licitantes inabilitados os envelopes **"B" – PROPOSTA TÉCNICA** e **"C" – PROPOSTA DE PREÇOS**, fechados.

8.7 Não ocorrendo renúncia ao direito de recorrer por parte de todos os licitantes, será designada data para abertura dos envelopes **"B" – PROPOSTA TÉCNICA** e **"C" – PROPOSTA DE PREÇOS**, observado o prazo de recurso estabelecido em lei. No caso de todos os licitantes estarem presentes, a intimação para a nova data dar-se-á na própria sessão pública, dispensada a publicação na imprensa oficial ou notificação.

8.8 Ultrapassada a fase da habilitação, a Comissão Permanente de Licitação não mais poderá desclassificar os licitantes por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento.

8.9 No dia, hora e local marcado para o julgamento das propostas técnicas e de preços, e decorrido o prazo para recurso sem a sua interposição, tendo deste havido renúncia ou desistência expressa por todos os licitantes ou após o julgamento dos recursos interpostos, serão abertas as **propostas técnicas** e, posteriormente, a proposta de preços dos licitantes habilitados, e devolvidos os **envelopes "B" e "C"**, mediante recibo, aos inabilitados.

8.9.1 No dia, hora e local marcado para o julgamento das propostas técnicas serão abertos os **envelopes "B"**, contendo as Propostas Técnicas exclusivamente das licitantes previamente habilitadas, efetivando-se suas avaliação e classificação, de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto licitado, e que foram definidos com clareza no **Anexo 12 - (CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO)**, Anexo deste Edital.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

8.9.1.1 Na hipótese de ser divulgado o resultado do julgamento das Propostas Técnicas na reunião de abertura dos **envelopes "B"**, e havendo renúncia expressa de todos os Licitantes em interpor recurso, será iniciada a abertura dos envelopes de Proposta de Preços; caso contrário, a Comissão de Licitação suspenderá os trabalhos, para eventual interposição de recurso(s).

8.9.1.2 Após o transcurso do prazo regulamentar sem que tenha havido interposição de recurso ou após o julgamento do(s) recurso(s) interposto(s), os Licitantes serão cientificados da ordem de classificação das propostas técnicas, sendo que os Licitantes que não forem desclassificados serão notificados a comparecerem em data, local e hora estipulados, a fim de participarem da fase de abertura das propostas de preço.

8.9.2 O critério de julgamento das propostas será o de técnica e preço, observadas as especificações do Edital, as normas e princípios estabelecidos pela legislação vigente, e, ainda, a compatibilidade das cotações apresentadas com os preços correntes do mercado.

8.9.3 Será atribuída a cada proposta técnica uma "Nota Técnica" (NTc), que será a média ponderada de N_{EXP} (subitem 2.1 do **Anexo 12**) e N_{EQT} (subitem 2.2 do **Anexo 12**) e obtida por meio da seguinte fórmula:

$$NTc = \frac{N_{EXP} + N_{EQT}}{10}$$

8.10 Decidida a classificação técnica, serão abertos os **envelopes "C"** - **"Proposta de Preços"** dos licitantes cujas propostas técnicas tenham sido classificadas, os quais serão devidamente rubricados pela Comissão e representantes dos licitantes presentes.

8.10.1 A abertura do **envelope "C"** poderá ocorrer no mesmo dia da decisão classificatória ou em dia e hora previamente marcados.

8.10.2 A Nota de Preço (NPr) será calculada da seguinte forma: à proposta válida com menor preço será atribuída a nota máxima 10 (dez); para as demais propostas será utilizada a seguinte fórmula:

$$NPr = \frac{mPr}{Pr} \times 10$$

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****Onde:**

NPr = Nota de Preço
MPr = Menor Preço entre as Propostas Válidas
Pr = Preço da Proposta em Análise

8.11 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste edital, aquelas com preço excessivo e aquelas que tiverem preço manifestamente inexequível.

8.11.1 Havendo dúvida sobre a exequibilidade de uma ou mais propostas, fixará a Comissão prazo não inferior a 72 (setenta e duas) horas para que o(s) licitante(s) comprove(m) a viabilidade de seus preços, solicitando-lhe(s) a composição dos preços unitários.

8.12 A Nota Final (NF) será a média ponderada entre a Nota Técnica - NTc (peso 60%) e a Nota de Preço - NPr (peso 40%), atribuída à licitante, obtida pela seguinte fórmula:

$$NF = (0,6 \times NTc) + (0,4 \times NPr)$$

Onde: **NF** = Nota Final
NTc = Nota Técnica
NPr = Nota de Preço

8.13 Será declarada vencedora da presente licitação, a licitante classificada com a melhor Nota Final (NF), observado o disposto nos itens 8.12 e 8.14.

8.14 Se ocorrerem propostas que resultarem na mesma Nota Final, o desempate dessas propostas e a classificação final se farão por sorteio em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, para em sessão pública, acompanhar o seu processamento, o qual deverá ser feito através da aposição em cédulas, dos nomes das licitantes empatadas, sendo que ditas cédulas deverão ser colocadas em urna fechada, da qual será retirada apenas uma das cédulas, sendo esta a primeira classificada e assim retirando as cédulas sucessivamente até que se classifiquem todas as licitantes então empatadas.

8.14.1 Na hipótese de ser divulgado o resultado do Julgamento de Propostas de Preço e da classificação das propostas dos

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

Licitantes com base na Nota Final (NF), nos termos do **ANEXO 12 - CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO**, na própria sessão de abertura dos **Envelopes "C"** e, havendo renúncia expressa de todos os Licitantes em interpor recurso, o procedimento seguirá o previsto no subitem 8.14.2; caso contrário, a Comissão de Licitação interromperá os trabalhos para eventual interposição de recurso(s), bem como análise e julgamento dos recursos interpostos.

8.15.2 Após o transcurso do prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso ou após o julgamento do(s) recurso(s) interposto(s), o objeto da presente licitação será adjudicado ao Licitante declarado vencedor.

8.15 O licitante, cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ 26/03 e a Resolução SER 047/2003, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

8.16 Na hipótese de inabilitação ou desclassificação de todas as propostas, a Comissão de Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, devidamente escoimadas das causas que deram origem a tal situação.

8.17 Em sendo declarada vencedora do certame a microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, prorrogável por igual período a critério da Procuradoria Geral do Estado. Aguardar-se-ão os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

8.17.1 A prorrogação do prazo deverá sempre ser concedida pela Procuradoria Geral do Estado quando requerida pelo licitante, exceto quando exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para a emissão da Nota de Empenho, devidamente justificados.

8.17.2 A não regularização da documentação no prazo previsto na cláusula 8.17 implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93,

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

sendo facultado à Procuradoria Geral do estado convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.18 O julgamento das propostas técnica e de preços (**envelopes "B" e "C"**) e a classificação final das propostas será objeto de ata circunstanciada, rubricada pelos representantes credenciados.

8.19 Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da sua entrega.

8.19.1 Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Procuradoria Geral do Estado este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

8.20 É facultada à Comissão ou a Procurador-Geral do Estado, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

8.21 A critério da Comissão de Licitação, poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

9 - DA ADJUDICAÇÃO

9.1 Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Procurador-Geral do Estado, será o licitante vencedor convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato.

9.1.1 Como condição para a assinatura do contrato, o licitante ou o seu responsável técnico deverá comprovar estar devidamente habilitado junto à Gerência de Engenharia Mecânica – GEM, pertencente à RIOLUZ – Companhia Municipal de Energia e Iluminação, do Município da Cidade do Rio de Janeiro, para exercer as atividades de projetista de sistemas de ar condicionado e ventilação mecânica.

9.1.2 Caso o adjudicatário ou o seu responsável técnico, não apresente, no momento da assinatura do contrato, a

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

comprovação de Credenciamento junto à Gerência de Engenharia Mecânica – GEM, pertencente à RIOLUZ, serão convocados os licitantes remanescentes para celebrar o contrato, observada a ordem de classificação.

9.2 Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, poderá a Procuradoria Geral do Estado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, convocar os licitantes remanescentes que tiverem sido habilitados, na respectiva ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10 - DOS PRAZOS

10.1 O prazo previsto para a execução dos serviços é de aproximadamente 140 (cento e quarenta) dias consecutivos, sendo: **(1)** 30 (trinta) dias consecutivos o prazo para a Elaboração dos Projetos; **(2)** 10 (dez) dias consecutivos para a aprovação dos projetos pela PGE; **(3)** 40 (quarenta) dias consecutivos para a Aprovação dos Projetos pela Gerência de Engenharia Mecânica – GEM/RIO LUZ; e **(4)** 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de início da execução da obra, para o Acompanhamento Técnico na fase de Execução da Obra; com um intervalo aproximado de 120 (cento e vinte) dias entre as etapas **(3)** e **(4)**, o que perfaz um total de 260 (duzentos e sessenta) dias consecutivos.

a) O prazo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos referente ao intervalo entre as duas etapas (3) e (4), refere-se ao tempo necessário para que o **CONTRATANTE** possa realizar e finalizar todos os procedimentos atinentes à licitação para contratação da execução dos projetos, podendo esse prazo ser inferior aos 120 (cento e vinte) dias consecutivos.

a.1) No prazo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, necessário para a realização da licitação para a contratação da execução dos projetos, não haverá remuneração à **CONTRATADA**.

10.2 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data constante no Memorando de Início de Serviço, desde que posterior à data de publicação do extrato do contrato no D.O..

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

10.3 O prazo contratual poderá ser prorrogado em conformidade com o inciso I, art. 57, da Lei nº. 8.666/93.

10.4 Na contagem dos prazos é excluído o dia do início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou entidade.

10.5 Os prazos de cumprimento das etapas são aqueles constantes do Anexo 10, podendo ser prorrogados nas hipóteses previstas no §1º do art. 57 da Lei nº. 8.666/93, quando devidamente justificado, comprovado e autorizado em processo administrativo.

11. DA GARANTIA

11.1 Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contado da data de início dos serviços, constante no Memorando de Início dos Serviços expedido pela Fiscalização da PGE, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei nº. 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

I) A CONTRATADA ao optar por Seguro-Garantia (modalidade: execução e trabalhista) ou Fiança Bancária, deverá fazê-la nas seguintes condições:

I.1.1) Seguro Garantia: a Apólice de Seguro deverá ser emitida por Instituição autorizada pela SUSEP a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

a) O Instrumento de Apólice de Seguro deve prever expressamente:

a.1) responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas ao Contratado; e

a.2) vigência pelo prazo contratual;

I.1.2) Fiança Bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

Brasil - BACEN para funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção do BACEN.

a) O Instrumento de Fiança deve prever expressamente:

a.1) renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil; e

a.2) vigência pelo prazo contratual.

11.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

11.3 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

11.4 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, depois da notificação pelo **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

12- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato, nas seguintes condições:

Etapas	Item	Percentual
1ª	Entrega do Estudo Preliminar / Projeto Básico / Projeto Executivo.	65%
2ª	Aprovação dos Projetos pela Gerência de Engenharia Mecânica – GEM, pertencente à RIOLUZ – Companhia Municipal de Energia e Iluminação, do Município da Cidade do Rio de Janeiro e demais Órgãos.	15%
3ª	Assessoria e Consultoria durante a execução da obra.	20%



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

12.1.1 O pagamento referente à 3ª Etapa será mensal, de acordo com as medições realizadas.

12.1.2 No caso de enfraquecimento do ritmo ou paralisação total da obra, ainda que imprevisto, de forma a manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato durante todo o período de sua execução, o valor correspondente a esta etapa será reduzido ou suprimido, proporcionalmente, conforme o caso.

12.2 No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

12.3 A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento à Fiscalização da PGE, sito à Rua do Carmo, 27, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

12.4 O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

12.5 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação, com a entrega do objeto, devidamente atestada pela Fiscalização da PGE.

12.6 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

12.7 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice de Preços Nacional ao Consumidor - INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

12.8 Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

contratual pelo INCC-FGV – Coluna 78, proporcional a(s) etapa(s) faltante(s), que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei nº. 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei nº. 10.192, de 14.02.2001.

12.9 O prazo decadencial convencionado para a **CONTRATADA** solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado no Protocolo Geral da Procuradoria-Geral do Estado, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

12.10 O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

13 - ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE

13.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93 e na cláusula sétima da minuta de contrato (**Anexo 1**), dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

13.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

13.3 Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo contratado, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da repartição interessada.

13.4 A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

13.5 A CONTRATADA é responsável por encargos previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

13.6 A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

13.7 A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos itens 13.6 ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

13.8 Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

13.9 No caso do item 13.8, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

14.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- a)** advertência;
- b)** multa administrativa;
- c)** suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

14.2 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

14.2.1 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

14.3 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

14.3.1 A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do item 14.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

14.3.2 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "c", do item 14.1, será imposta pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado ou pelos Exmos. Srs. Subprocuradores Gerais, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

14.3.3 A aplicação da sanção prevista na alínea "d", do item 14.1, é de competência exclusiva do Procurador-Geral do Estado.

14.4 A multa administrativa, prevista na alínea "b", do item 14.1:

- a)** corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b)** poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c)** não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d)** deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

14.5 A advertência poderá ser aplicada quando a **CONTRATADA** não apresentar a documentação exigida no item 13.6, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

14.6 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "c", do item 14.1:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

14.7 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do item 14.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

14.7.1 A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

14.8 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

14.9 Se o valor das multas previstas na alínea "b", do item 14.1, e no item 14.7, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta,

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

14.10 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

14.11 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

14.11.1 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

14.11.2 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

14.11.2.1 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do item 14.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d", do item 14.1.

14.11.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

14.12 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

14.13 As penalidades previstas no item 14.1 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

14.13.1 Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

14.14 As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pela Procuradoria Geral do Estado no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

14.14.1 Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do item 14.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

15- DOS RECURSOS

15.1 Os recursos das decisões da Comissão Permanente de Licitação serão apresentados por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após cada fase (julgamento da habilitação (**Envelope "A"**), julgamento das propostas técnicas (**Envelope "B"**) e julgamento das propostas de preços (**Envelope "C"**)), contados da intimação do ato ou da data de lavratura de qualquer das atas, conforme o caso, e dirigidos ao Procurador-Geral do Estado. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará a Comissão Permanente de Licitação o recurso ao Procurador-Geral do Estado, que a ratificará ou não, de forma fundamentada.

15.2 A Comissão Permanente de Licitação dará ciência dos recursos aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.3 Os recursos contra as decisões relativas à habilitação ou inabilitação do licitante, ou contra o julgamento da proposta técnica ou de preços, terão efeito suspensivo.

15.4 A intimação dos atos referidos nas alíneas "a", "b", "c" e "e" do inciso I do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93 será feita mediante publicação no Diário Oficial do Estado – Parte I, salvo para os casos de habilitação ou inabilitação dos licitantes e julgamento das propostas, se presentes os prepostos de todos os licitantes no ato em que for adotada

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

a decisão, hipótese em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados.

16 – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual nº. 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal nº. 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

16.2 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei nº. 8.666/93.

16.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 Quando da homologação do resultado do certame, e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes inabilitados deverão ser notificados a retirar os envelopes de **PROPOSTAS TÉCNICAS** e **PROPOSTAS DE PREÇOS**, no prazo de 60 dias do recebimento da comunicação. Se houver recusa expressa ou tácita dos interessados, a Comissão de Licitação ou o agente público competente estará autorizado a inutilizar os envelopes.

16.6 - Acompanham este instrumento convocatório os seguintes anexos:

Anexo 1 Minuta Contratual

Anexo 2 Carta de Credenciamento

Anexo 3 Modelo de Proposta-Detalhe

Anexo 4 Termo de Referência

Anexo 5 Declaração de Não-Emprego de Menores

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****Anexo 6** Declaração de Elaboração Independente de Proposta**Anexo 7** Declaração de Responsabilidade Técnica**Anexo 8** Modelo de Declaração de Realização de Vistoria**Anexo 9** Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade**Anexo 10** Cronograma Exemplificativo**Anexo 11** Orçamento Estimado**Anexo 12** Critérios de Classificação e Julgamento**Anexo 13** Planilha de Formação de Preço**Anexo 14** Plantas

16.7 Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral do Estado, com o auxílio da Comissão Permanente de Licitação, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública.

16.8 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

16.9 O foro da cidade do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta licitação e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Rio de Janeiro, de de 2017.

Leonardo Espíndola
Procurador-Geral do Estado